

---

*A Mulher na Sociedade Portuguesa — Visão histórica e perspectivas actuais.* Actas do Colóquio realizado em Coimbra de 20 a 22 de Março de 1985, Coimbra, Instituto de História Económica e Social — Faculdade de Letras, 1986, 2 vols., 924 págs.

---

As mulheres estão na ordem do dia. Formam-se grupos, realizam-se colóquios, aumentam as publicações, desenvolvem-se pesquisas, fazem-se teses, etc.. Este é, contudo, um fenómeno novo na sociedade portuguesa. Pode afirmar-se, com efeito, que a realização de dois colóquios fez do ano de 1985 um marco da história do desenvolvimento das Ciências Sociais, que assinalará o momento da consagração académica em Portugal dos «Estudos sobre as Mulheres».

A verdade, porém, é que este marco surge bastante mais tarde do que noutros países. Efectivamente, os «Women's Studies» desenvolveram-se na segunda metade da década de 60 em países como os EUA ou a Grã-Bretanha, no momento em que as mulheres começaram a criar cursos universitários que pudessem facilitar a reflexão sobre a sua experiência e as aspirações feministas. Assim, os «Women's Studies» nasceram como parte fundamental das lutas das mulheres. Desde o início que se tornou claro qual deveria ser o seu objectivo. Tratava-se de mostrar que aquilo que as proposições das diversas ciências sociais apontavam como evidência empírica não passava de racionalizações ideológicas de práticas mitificadas.

Neste sentido, é compreensível que as investigações históricas tenham estado na

primeira linha das preocupações. Mais do que um desejo de conhecer outro legado que não o da subordinação, o interesse pela história das mulheres reflectia antes de mais a procura de caminhos inspiradores da mudança da sua condição social. Uma procura impaciente das referências que pudessem servir de base à reformulação urgente de identidades.

A primeira tentativa consistiu em trazer à luz do dia os conteúdos dos arquivos que tinham sido esquecidos ou deliberadamente ignorados. Publicitaram-se práticas de violação, violência, prostituição, discriminação, exploração, etc., de que as mulheres foram vítimas, mas também os seus poderes «ocultos», as suas influências nos bastidores dos destinos das nações e dos povos e as suas contribuições para o progresso da ciência, da literatura e da cultura em geral. Além disso, abriram-se novos capítulos na história já feita, relativos a domínios «naturais» do biológico feminino — maternidade, parto, amamentação. Em Portugal, ainda que vinte anos depois, os mesmos caminhos haveriam de ser trilhados. Mesmo sabendo que alguns deles representavam becos sem saída.

Neste contexto é compreensível que, das 49 comunicações apresentadas no Colóquio, apenas 6 trabalhem informação sobre a actualidade. E é claro que tal não ficou a dever-se exclusiva nem sequer primordialmente ao facto de a instituição promotora estar vocacionada para o estudo da história.

Vejamos, então, em traços gerais, os trabalhos apresentados ao Colóquio «A Mulher na Sociedade Portuguesa». Os 2 volumes estão subdivididos em 6 secções — *A Mulher e a Família, A Mulher e o Trabalho, Papéis e Valores Femininos, A Mulher e a Literatura, A Mulher e a Reli-*

gião, *A Mulher e a Política* — das quais sobressaem as duas primeiras com 11 comunicações cada e a terceira com 13. Os trabalhos apresentados na secção «A Mulher e a Família» recobrem um leque de questões que vai da evolução do papel das mulheres na administração e transmissão dos patrimónios familiares ao longo dos séculos, à legislação que foi produzida em Portugal e que tocava a condição das mulheres, nomeadamente no âmbito do divórcio e casamento, até à normatividade que enformou a família durante o Estado Novo. Uma grande parte dos textos incluídos na secção «A Mulher e o Trabalho» denotam a preocupação em averiguar a evolução, características, condições e intensidade da integração das mulheres no pequeno comércio urbano, nas actividades transformadoras, nos serviços e, claro, na agricultura. Outros ainda ocupam-se dos estereótipos e das representações que as mulheres evidenciam relativamente ao trabalho. E, finalmente, a secção «Papéis e Valores Femininos» é bastante heterogénea, incluindo temas como o da caracterização dos papéis sociais das mulheres em diferentes esferas da sociedade e da cultura portuguesa em diferentes épocas históricas, a influência além fronteiras das mulheres portuguesas, as representações das mulheres nas obras dos autores dos sécs. XVII e XIX, as formas de participação feminina na maçonaria e, ainda, a análise de alguns valores veiculados pelas formas de injuriar as mulheres e por uma publicação de consumo massificado entre as mulheres portuguesas de hoje (*a Crónica Feminina*).

Dada a centralidade atribuída ao trabalho nas sociedades contemporâneas, torna-se inevitável que a propósito da discussão do lugar social das mulheres se questione a relação destas com o trabalho. Uma vez afirmando-se a vocação das mulheres para a domesticidade, outras defendendo-se a sua integração no mercado de trabalho como única forma de criar bases para a sua auto-determinação. Claro que tudo isto se liga a outra esfera de pertinência, a família. Assim, justifica-se a discriminação das mulheres no mercado de trabalho pela sua marcante tendência à domesticidade e a sua permanência na esfera doméstica pela discriminação de que são objecto no mercado de trabalho. Daí que possamos compreender que uma das primeiras tarefas impostas pela história das mulheres tenha consistido em demonstrar que a domesticidade da mulher é um mito criado e alimentado

pelos sécs. XVIII e XIX. É essa demonstração pelos números que nos fornecem alguns dos trabalhos apresentados (José Gentil da Silva, Aurélio de Oliveira, Maria de Lurdes Roxo Mateus, Guilhermina Mota e José Maria Amado Mendes).

Outra das preocupações actuais é a de trazer, para a mesa de trabalho e para o tabuleiro do jogo social, dados que configurem as mulheres portuguesas em situação menos miserabilista, por exemplo, demonstrando que nem sempre foram discriminadas no trabalho, nomeadamente na Idade Média (José Gentil da Silva e José Mattoso). Esta *démarche* insere-se numa tendência que pretende fundar a complementaridade dos sexos funcionalizada a partir das diferenças equiparadas entre eles (Martine Segalen, por exemplo). A tentação a que esta tendência parece não resistir é a de fazer dos estudos sobre camponeses e artesãos um repositório de valores anti-burgueses que impõe à análise do passado um sistema de avaliação operacionalizado na base de critérios que lhe são completamente estranhos.

Resta decidir quem terá razão, nomeadamente, quanto à Idade Média: se Régine Pernoud, que fala da relativa superioridade das mulheres do tempo das cate-drais, se Georges Duby, que as vê permanecerem sem palavra entre a fala do cavaleiro e a do padre.

Já é um dado adquirido que o conhecimento da realidade social depende dos métodos utilizados na sua construção. Na disciplina da história não é diferente. É à luz deste postulado que a discussão das fontes do conhecimento histórico assume particular relevância. Assim, apesar de existirem múltiplas advertências ao longo do colóquio, e tanto quanto as actas as dão a conhecer, desde a intervenção de abertura até a alguns dos textos (o de José Mattoso é particularmente enfático) e às conclusões, de que a história que se persegue é uma história total, relacional, na qual é a interacção entre os sexos que deve constituir o eixo estruturador da compreensão do social, o problema das fontes disponíveis é recorrentemente levantado pelos próprios autores de alguns destes trabalhos. A organização entendeu que este era um ensinamento a retirar deste colóquio e que aí residia a razão pela qual «a mulher foi aqui encarada fundamentalmente através do discurso masculino» (2.º vol., pp. 448). Tivemos que, em primeiro lugar, ir aos arquivos explorar o conhecimento que

antes negligenciáramos e acrescentar à história dos homens a das mulheres, deixando a daqueles intocada.

Tivemos ainda, por outro lado, que começar pela história da Mulher para talvez futuramente fazermos a história das mulheres. Assim, é impossível corresponder à sugestão temática incluída no título «A Mulher...», cujos sentidos são o da imutabilidade e o da universalidade da essência feminina (Graça Abranches e João Paulo Moreira chamam a nossa atenção para este ponto). Ora, as pesquisas são de facto incapazes de devolver uma imagem de Mulher. Seja qual for a problemática de partida a conclusão é que encontramos informação somente sobre um pequeno grupo de mulheres. Assim, se indagarmos o lugar da mulher na família, através do estudo de documentos de transmissão de propriedade, a resposta que encontrarmos dirá forçosamente respeito ao grupo das mulheres proprietárias. Saberemos, então e só, qual a relação da mulher com a propriedade. Ficarão em aberto as articulações entre família e propriedade. Se, por outro lado, virarmos a nossa atenção para as informações sobre o modo como as mulheres trabalham, o conhecimento obtido só é aplicável ao grupo das mulheres trabalhadoras e já não o é aquele que tinha sido objecto da nossa investigação no capítulo da família.

Com os trabalhos agora tornados disponíveis, aprendemos a necessidade de reinventar as fontes que eles próprios proclamam à medida que esgotam as fontes tradicionais e as declaram incapazes de responder às perguntas formuladas pela nova história. Uma nova história que não se quer pretensamente asseptizada das preocupações que presidiram à sua génese. ■

Virgínia Ferreira

*O Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1986*

1. O desenvolvimento regional e local acontece desde que se consigam mobilizar e valorizar os diferentes recursos naturais, humanos, de capital. Uma das componentes dessa mobilização tem que ver com o financiamento das acções de

desenvolvimento. Acontece ainda que os anos 70/80 foram (são) períodos em que as estratégias de crescimento, baseadas na concentração de investimentos em termos sectoriais — indústria química — e espaciais — polos de crescimento —, foram sendo questionadas.

Compreende-se, assim, que instituições como a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), organismo descentrado da Administração Central, e a OCDE, tenham organizado (8 e 9 de Maio de 1985) um Seminário sobre o tema (restrito) de «Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local» cujas comunicações foram agora reunidas em livro e publicadas (Outubro de 1986).

2. Dir-se-ia que as comunicações referidas são profundamente diferentes, em termos de preocupações e de metodologias utilizadas, podendo ser enquadradas em três categorias (de acordo com as preocupações): Comunicações «teóricas» (ou teorizantes); Comunicações «práticas»; comunicações que pretendem juntar os apontamentos «teóricos» às preocupações práticas.

Acresce ainda que o seu objectivo é, também, substancialmente diferente: desde a análise da situação portuguesa, nas mais diversas vertentes (papel dos municípios no desenvolvimento local, regime de finanças locais, integração na CEE e incentivos ao investimento, industrialização no mundo rural e papel da agricultura complementar-pluriactividade), até enquadramentos institucionais e instrumentais estrangeiros, havendo lugar a uma ligação entre os problemas do desenvolvimento regional e local e as questões da descontração e descentralização («A coordenação do desenvolvimento de infra-estruturas não é necessariamente incompatível com o governo descentralizado, mas é, certamente, mais difícil de realizar» Reid, p. 146).

3.1. Começemos pela análise da «crise»: assume esta, na perspectiva de Cravinho, duas vertentes:

- 1) uma crise de regulação no sentido de que «instituições existentes não asseguram mais a adequação entre a produção e o consumo de bens; estas instituições têm que ser suplementadas ou substituídas» (Piore e Sabel cit. por Cravinho, p. 31), e
- 2) uma crise de escolha de tecnologia.

Podem-se aqui encontrar alternativas às estratégias de crescimento do pós-guerra,

que acabaram por conduzir às situações de crise descritas, onde não tinha cabimento uma das actuais componentes de estratégia de desenvolvimento: as Iniciativas Locais de Emprego.

Neste contexto admite-se que as estratégias actuais de desenvolvimento são diversificadas, mas, englobadas num «novo paradigma» devem: facilitar o desenvolvimento de zonas menos desenvolvidas e sem ser por arrastamento do crescimento global; orientar-se para a solução endógena dos problemas regionais; «promover ciclos ecológicos, políticos, económicos e sociais de pequena dimensão e aumentar a flexibilidade dos sistemas sociais regionais, (...)»; «aumentar o papel dos níveis mais baixos de tomada de decisão (local e regional) no processo de desenvolvimento» (Cravinho, p. 37).

No entanto, e no caso concreto da sociedade portuguesa, ainda se está a tactear, no sentido de promoção de «flexibilidade» dos sistemas regionais e locais, normalmente caracterizados por «rigidezes» normativas, institucionais, etc., que obrigam a que a saída da crise aconteça pela via do informal (economia subterrânea, etc.).

3.2. Passemos aos problemas de descentralização/descentralização e provisão de infra-estruturas (e serviços).

Ainda aqui as opiniões são as mais diversificadas. Desde o admitir-se que («análise tradicional») as funções distribuição devem ser desempenhadas ao nível Central de Administração, sendo que a função afectação pode ser desenvolvida descentralizadamente (Antunes e Gaspar, p. 49-54) — análise teórica e desenvolvida num contexto em que os pressupostos são fortemente restritivos («economia de mercado livre» a funcionar em sistema de concorrência perfeita) — até à necessidade de «Um processo de participação alargada (que possa) constituir um meio de ultrapassar o impasse» resultante de alternativas que, à partida, se sabe que não vêm trazer soluções a questões de fundo, mas são relativamente conhecidas e encontram apoio em certos sectores da opinião pública e no poder económico e político e outras vias, com mais potencial de gerar desenvolvimento endógeno, melhorar o emprego (...) sobretudo aos estratos sociais menos favorecidos, mas que carecem de suporte político (Silva p. 45-6).

Dir-se-ia que aqueles que desenvolvem uma argumentação a que talvez se possa chamar de «economista», defendem uma posição centralizadora, enquanto aqueles que argumentam a favor da participação ou seja, aqueles que consideram que as pessoas são simultaneamente sujeito e objecto do processo de desenvolvimento, defendem um processo de descentralização/desconcentração.

3.3. Relativamente à análise concreta de sociedade portuguesa algo de importante parece ter acontecido no período pós 25 de Abril: a descentralização de algumas funções do poder central para o poder local, permitiu ir satisfazendo um conjunto importante de necessidades sociais (redes de água, rodoviária, etc.) e a custos, mesmo financeiros, mais baixos que se o tivessem sido pelo poder central.

No processo de desenvolvimento da sociedade portuguesa dois aspectos particulares são referidos ainda:

— um primeiro tem a ver com:

a) o papel da pluriactividade agrícola em tal processo de desenvolvimento (a «importância da pluriactividade agrícola de forma alguma se (reduz) à função produtiva. O seu papel de estímulo da economia e de criação/manutenção de condições favoráveis ao desenvolvimento de (alguns) outros sectores económicos requer necessariamente maior atenção» (Pires p. 80);

b) o processo de industrialização em mundo rural e em relação ao qual e nos casos estudados (concelhos de Carregal do Sal, Gouveia, Miranda do Corvo e Oliveira do Bairro) se observa que «nenhuma das empresas se localizou nas áreas estudadas a partir de uma localização originária de qualquer outra parte da região (Centro) ou das áreas metropolitanas. Parece estar a correr uma descentralização relativa do crescimento industrial em Portugal, mas o mecanismo para tal é a criação de novas empresas 'independentes', de pequena ou média dimensão» (Lewis e outros p. 98). Ficam por considerar e talvez no contexto da Região Centro tivesse algum sentido, a criação de empresas resultantes das estratégias de empresas multinacionais, os fenómenos de subcontratação, etc.

Observe-se que neste âmbito dos trabalhos apresentados no Seminário citado surgem enquadrados num conjunto importante de publicações sobre a realidade

portuguesa, apontando exactamente para os fenómenos de industrialização em mundo rural, pluriactividade agrícola, descentralização produtiva, como elementos fundamentais nas estratégias de desenvolvimento local prosseguidas em Portugal. Servem de exemplo, os trabalhos de J. Ferrão («Indústria e valorização do capital. Uma análise geográfica»), A. R. Pires («Industrialização difusa e 'Modelos' de Desenvolvimento: Um Estudo no Distrito de Aveiro»), J. Reis («Modos de regulação regional, iniciativa empresarial local e pequena agricultura complementar»);

c) o papel das remessas dos emigrantes, não apenas enquanto potencial, mas principalmente como fonte actual de financiamento do desenvolvimento — e isto não apenas no caso concreto de Portugal, mas no caso genérico dos fenómenos migratórios (Van Dijk, p. 65).

— um segundo tema tem a ver com o processo de integração comunitária que permitirá ter acesso a fundos estruturais por forma a obter recursos adicionais não só para o desenvolvimento de infraestruturas, mas também para o desenvolvimento de actividades produtivas. No entanto, dever-se-á fazer referência ao facto de a Comunidade conhecer hoje processos de mudança, que não se sabe bem onde conduzem.

4. Dir-se-ia em termos de observações finais, que o grande defeito da obra é, simultaneamente a sua grande virtude: sob a capa do «Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local» surgem os mais diversificados e contraditórios argumentos, que nem sempre se enquadram perfeitamente no tema em causa (e ainda bem!). ■

Bernardo Campos

---

### Regulação e Flexibilidade do Trabalho

---

A propósito de R. Boyer — *La théorie de la régulation, une analyse critique*, La Découverte, Paris, 1986; R. Boyer (sob a direcção de) — *La flexibilité du travail en Europe*, La Découverte, Paris, 1986; e de R. Boyer (sob a direcção de) — *Capitalisme fin de siècle*, PUF, Paris, 1986.

Três livros que procuram tratar questões fundamentais das actuais economias desenvolvidas. Estão em causa o modo de interpretar o contexto de crise dos nossos dias e as perspectivas da sua superação a partir da recomposição e da flexibilidade da relação salarial. Uma problemática onde se cruzam, inevitavelmente, temas tão actuais como novas formas de concorrência, novos modelos e novos espaços de industrialização.

Mesmo que não existissem outras fontes de interesse estas, só por si, seriam mais que suficientes para justificarem a análise detalhada da contribuição trazida por aqueles textos.

179

### TEORIA DA REGULAÇÃO E A CRISE DO CAPITALISMO

Os fundamentos da teoria da regulação encontram-se na crise económica e social contemporânea do capitalismo, em especial nas rupturas no processo de acumulação do capital e no abrandamento do ritmo de crescimento. Após 25 anos de crescimento ininterrupto a taxas sem precedentes na história das actuais economias desenvolvidas, os anos 70 abriram uma fase de crescimento lento e, nalguns momentos, negativo, acompanhado de dificuldades acrescidas em encontrar um quadro compatível de valorização dos capitais disponíveis. Daqui à crise das instituições e ao aprofundamento da crise social foi um salto rápido bem conhecido.

Cada regime de acumulação (com as suas características próprias) assegura uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação de capital, quer dizer reabsorve ou escalona no tempo as distorções e os desequilíbrios que nascem permanentemente naquele processo. Ele caracteriza-se pela natureza do processo de trabalho e das condições de produção, pela forma da relação salarial, pelas formas da concorrência e das estruturas industriais. Se o funcionamento da economia faz apelo a um certo número de automatismos de mercado inerentes ao funcionamento da lei do valor, ele exige também a criação e a intervenção de instituições e de procedimentos adequados.

Chama-se *regulação* ao conjunto de procedimentos e de instituições que permitem realizar a adaptação da procura ou da necessidade social à produção. Logo, esta teoria procura ser uma alternativa à teoria do equilíbrio económico geral, que se

fundamenta exclusivamente no automatismo da concorrência e das leis de mercado para obter o óptimo económico em termos individuais (logo em termos sociais), da mesma forma que representa uma tentativa de enriquecer e prolongar uma análise de origens marxistas com a observação concreta e detalhada das condições de funcionamento do capitalismo em cada período.

Dos trabalhos iniciais do GRREC e de G. Destanne de Bernis (*Crise et régulation, GRREC, PUG, Grenoble, 1983*) às publicações do CEPREMAP e dos seus principais animadores (R. Boyer e J. Mistral — *L'accumulation, inflation, crises*, PUF, 1978), passando pelos trabalhos dos investigadores do GRESP (J. Lorenzi, H. Pastré, J. Toledano — *La crise du XXème siècle*, Economica, Paris, 1980) e por contribuições individuais não menos decisivas (M. Aglietta — *Régulation et crises du capitalisme* — Calman-levy, Paris, 1976; B. Billaudot — *L'accumulation intensive du capital*, Thèse, Paris, 1976) um caminho foi percorrido e um debate se decantou.

Os trabalhos de R. Boyer que seleccionamos para esta recensão inscrevem-se numa corrente da escola regulacionista que, para explicar a dinâmica e a crise de cada regime de acumulação, atribui uma importância muito grande à configuração da relação salarial, isto é, às formas de organização do trabalho, ao modo de vida e à reprodução dos assalariados, ou ainda, de uma forma mais concreta, ao tipo e meios de produção, à forma da divisão técnica e social do trabalho, às modalidades de mobilização e de ligação dos assalariados à empresa, às determinantes do rendimento salarial directo e indirecto e, finalmente, ao modo de vida do assalariado e aos seus padrões de consumo.

Nesta perspectiva, a «grande» («longa») crise dos últimos 15 anos das economias ocidentais (por oposição às «pequenas» ou «curtas» crises conjunturais) é em grande medida a crise do «fordismo», isto é, do processo de trabalho que associa um crescimento contínuo da produtividade e da especialização técnica e social com um crescimento em proporções idênticas (ao mesmo ritmo) dos salários reais. Como a produtividade cessou de crescer aos níveis da era de «ouro» e a procura deu mostras de saturação nalguns segmentos chave do mercado, as instituições associadas àquele compromisso social (que cedia a direcção das empresas sem contestação em troca da participação nos

frutos do crescimento) tornaram-se obsoletas para responder a uma realidade que exige transformações.

#### O QUE É A FLEXIBILIDADE DO TRABALHO?

O compromisso de que estamos a falar tem correspondência numa forma de organização dos assalariados onde o peso dos sindicatos, das convenções colectivas e da garantia do emprego estava codificado a vários níveis. Não só pela impossibilidade de perda do vínculo contratual (a não ser em casos excepcionais expressamente previstos) como ainda pela rigidez à mudança de posto ou de lugar concreto no processo de trabalho.

Esta fixidez das relações de trabalho tem a ver com um contexto de estabilidade e crescimento económico rápido e virtuoso, mas tem também uma forte ligação a um modelo industrial cujo núcleo duro são as grandes concentrações, onde as mudanças e a adaptação não têm grande importância.

Daqui, a questão de fundo: será a flexibilidade do trabalho um dado inevitável para configurar uma nova relação salarial?

As opiniões dividem-se e nem sempre flexibilidade se entende da mesma forma. Vejamos alguns dos seus aspectos.

Em primeiro lugar, flexibilidade pode significar a maior ou menor adaptabilidade à organização da produção, em função de alterações tecnológicas e organizacionais decorrentes de alterações de mercado. Neste caso estaríamos perante a empresa flexível, onde as novas tecnologias são o suporte ideal para responder a variações bruscas e imprevisíveis da procura.

Outra forma de entender a flexibilidade diz respeito à aptidão dos trabalhadores a mudar de posto de trabalho numa determinada organização. Aqui seria sobretudo a formação diferenciada da mão-de-obra que forneceria as bases para uma maior mobilidade entre segmentos dum mesmo processo produtivo.

Uma terceira apreciação do problema seria por intermédio do enfraquecimento dos vínculos jurídicos que regem o contrato de trabalho, em especial o direito ao despedimento e à precarização do emprego. É, aparentemente, a forma mais reivindicada pelas associações empresariais e pelos governos conservadores.

Mas a flexibilidade pode ser também a maior sensibilidade dos salários à conjuntura da actividade económica, que o mesmo é dizer, uma maior sensibilidade à baixa do rendimento salarial em termos nominais e reais. Trata-se de estimular a concorrência no mercado de trabalho para que o salário desça ao nível de «equilíbrio».

Em quinto lugar a flexibilidade pode significar fugir às transferências fiscais e sociais que alimentam o salário indirecto, porque elas são um custo que enfraquece a competitividade das empresas. Aqui estamos mais perto dum cenário de economia subterrânea.

Finalmente, flexibilidade pode ser a deslocação de capitais e de mão-de-obra de velhas para novas zonas industriais, onde a configuração das formas de concorrência e de organização do trabalho sejam mais estimulantes para os empresários.

Um rápido exame a estes apontamentos leva a uma primeira conclusão inevitável. A flexibilidade tem de ser vista numa forma global, cada país deverá acentuar mais este ou aquele aspecto em função dos seus problemas e características concretas. Aquilo que se procura adequar não é exactamente o mesmo nos Estados Unidos, onde a tradição de mobilidade social é grande, na Europa, onde o peso do movimento operário organizado e das conquistas sociais é enorme, ou no Japão onde a relação entre estruturas tradicionais e modernas é complexa.

#### FLEXIBILIDADE E NOVA RELAÇÃO SALARIAL

Haverá uma relação obrigatória entre uma nova relação salarial associada a um novo regime de crescimento e flexibilidade do trabalho, ou estaremos apenas a viver um período transitório onde a reordenação dos dados estruturais exige um enfraquecimento prévio das normas e das instituições anteriores?

Caminhamos nas economias desenvolvidas para uma nova relação salarial onde o emprego será mais precário e onde as transferências sociais serão drasticamente reduzidas? Será indispensável uma componente subterrânea da economia e a desindustrialização dos velhos bastiões?

Para já, os procedimentos de tipo liberal destinam-se a abrir brechas no edifício do mercado de trabalho para reconstituir a

taxa de lucro e fazer os inevitáveis ajustamentos de reconversão do sistema produtivo. E a capacidade explicativa, e acima de tudo projectiva da teoria da regulação pela relação salarial tem de se enriquecer com a de uma outra versão: a da regulação pelas tendências e contratendências à baixa da taxa de lucro.

Neste caso é a dinâmica do sistema produtivo por intermédio da mobilidade sectorial de capitais e o confronto de taxas de lucro (perequação da taxa de lucro) que conduzirá à reconstituição dos sistemas produtivos com uma maior ou menor grau de coerência. E neste caso, coerência é sinónimo de regulação.

Mas como coerência do sistema produtivo é articulação entre secções produtivas e entre estruturas da produção e da repartição, há que tirar partido destas duas visões da regulação para formular um juízo global. A longo prazo, a dinâmica de acumulação de capital apoia-se em estruturas da produção e da repartição articuladas de forma adequada. Quando aquela articulação não existe desenham-se obstáculos que desarticulam o aparelho produtivo e transferem para o exterior, sob formas variadas de dependência, a regulação da economia nacional. Nesta perspectiva, a repartição é a outra face do problema da acumulação, uma vez que a cada regime de acumulação corresponde um regime próprio de repartição. ■

Adelino Fortunato

---

A. B. Costa, M. Silva, J. Pereirinha, M. Matos — «A Pobreza em Portugal», Lisboa, Cáritas, 1985

---

1. Não é possível falar «racionalmente» sobre a «pobreza» porquanto o que aqui está em causa «mexe» com tudo o que de mais pessoal há em cada um de nós. Na verdade, desde logo implicitamente, nós associamos pobreza à não satisfação de necessidades básicas (alimentação, vestuário, habitação, etc) e à marginalização (não participação). Ora se, de facto, o pressuposto fundamental do nosso posicionamento profissional e social, é o do direito (salvaguardando constitucionalmente) à acessibilidade (material e física) aos bens e serviços produzidos, então as situações de marginalização, de não satis-

fação de necessidades básicas, aparecem-nos não só como irracionais, mas também como inumanas.

Compreende-se assim que, para os autores, a pobreza seja um «problema (...) sério» (p. 17), porque grave («estão em causa milhares de portugueses, condenados a condições de vida que não se podem tolerar à luz dos direitos humanos mais elementares» p. 17) e complexo, e que vai permanecendo por razões ligadas a (a) habituação dos não-pobres à pobreza dos outros e (b) influência do determinismo nas teorias do desenvolvimento com base nas teorias do crescimento, onde se admite que tal processo leve à erradicação (automática) da pobreza e à diminuição das desigualdades. Compreende-se, também, que se tenha que definir, explicitamente, o que é a pobreza e que se encontrem tremendas dificuldades em o fazer.

2. Deixando de lado o entendimento «objectivo» e «subjectivo» de pobreza (p. 21) gostaríamos de referir algumas observações sobre os conceitos de «relativa» e «absoluta». Esta tem que ver com a subsistência física de pessoas (satisfação das necessidades alimentares) e é definida de modo normativo, no sentido de que se define um «pacote» de necessidades mínimas e, por comparação entre a situação real de um ente e o «padrão», se há-de determinar quem é pobre e quem não é. Parece-nos que isto tem um risco óbvio: a própria noção de «necessidades básicas» evolui e conseqüentemente a «norma» altera-se com relativa facilidade. Refira-se, a propósito, aquando dos cálculos das necessidades (alimentares), que os valores dos desvios entre o padrão nutricional (p. 28) e a «dieta apresentada» (p. 30) nem sempre estão correctos. De facto, no padrão nutricional as «Gorduras» e «Proteínas» aparecem quantificadas com 77 g (p. 28) e na dieta apresentada aparecem quantificadas com 79 g (p. 30), conseqüentemente o desvio (%) não pode ser diferente (e atinge, de facto, 2,6%). O mesmo se passa em relação à «Celulose» e ao «Ferro», onde nos parece, também, alguma incorrecção no cálculo dos desvios (%).

Em relação à pobreza «relativa» refira-se que também não é fácil e pacífico admitir-se «a percentagem de 75% do rendimento médio das famílias abrangidas pelo IRDF 80/81, para delimitar o universo dos pobres» (p. 25). Até porque se pobreza relativa significa «exclusão de alguns

cidadãos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes na sociedade» (p. 22), traduzida, por exemplo, na «perda de poder e de participação» (p. 22), então poder-se-á admitir (teoricamente) a inclusão na categoria de poderes de alguns cidadãos com níveis de rendimento superiores à linha dos 75% estabelecidos.

3. Se a pobreza se traduz por «exclusão», não acessibilidade (física e material) a bens e serviços, é então natural que as famílias pobres residam em habitações com más condições de habitabilidade, que o seu nível de instrução seja baixo, que as suas condições de acesso à saúde sejam manifestamente más, etc. Quer isto dizer que existe uma (relativa) superabundância de quadros, cuja «leitura» é quase evidente e se traduz na mera indicação de números, sendo mínimo o esforço interpretativo. Se, de facto, os «mecanismos (...) de propagação da situação sócio-económica [são] a escola e o trabalho» (p. 175), talvez tivesse sido mais frutuoso desenvolver estas vias de análise, em conjugação com um menor esforço analítico das condições de vida das famílias pobres.

Gostar-se-ia de referenciar alguns aspectos suplementares (e os respectivos reparos):

— o primeiro tem que ver com os mecanismos de transmissão da pobreza no caso dos camponeses (p. 152). Refere-se que tais mecanismos se ligam com a dimensão da propriedade, tecnologia utilizada e acessibilidade reduzida (ou nula) ao mercado e aos mecanismos institucionais de apoio à actividade agrícola. Parece-nos que falta referir a fertilidade do solo, que permite uma maior pressão sobre este, podendo assim diminuir o impacto do êxodo rural.

Por outro lado, quando se referem as tipologias de situações de pobre e se refere a «pobreza rural», afirma-se que uma das características próprias desta situação tem que ver com o «excessivo peso da economia de subsistência, com atrofia da comercialização dos produtos e, conseqüentemente, exígua base de monetarização» (p. 90). Têm-se dúvidas que uma maior comercialização/monetarização deste tipo de economia se traduzisse, por exemplo, numa maior autonomia e participação nas decisões que afectam os camponeses. Além do mais, situações em que se verifica um maior volume de auto-consumo poderão não querer significar «exclusão» face à satisfação de algumas

necessidades de consumo, para além do facto de que «não se fizeram, (...)», estimativas do valor monetário equivalente a auto-consumo» (p. 132);

— parece-nos que a análise dos «novos» pobres (e das crianças) devia conhecer um tratamento mais aprofundado. Aquele que indicativamente foi tentado — «assistência pecuniária *eventual* prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) em 1983 e 1984» (p. 169. Subl. original) — parece-nos ser excessivamente localizado.

4. A análise feita do fenómeno da pobreza parece-nos ser mais do que suficiente

para fundamentar a opinião de que «procurar soluções para o problema da pobreza implica a consideração das transformações a operar no sistema sócio-económico para que possam alterar-se as causas geradoras da pobreza e não apenas as suas manifestações mais visíveis» (p. 187).

Nestas circunstâncias, a solução duradoura para o problema em análise radica no reequacionar do próprio processo de desenvolvimento — e, quanto mais não seja, até por isto, não se pode ficar indiferente a este livro. ■

183

Bernardo Campos